

Sarney assina na sexta emenda da Constituinte

Texto final da convocação será aprovado hoje na reunião do Conselho Político do Governo

O presidente José Sarney assinará, na próxima sexta-feira, a mensagem do Governo convocando para 15 de novembro de 1986 eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, que começará a funcionar em 1987 e terá um ano para elaborar nova Constituição.

O ministro da Justiça, Fernando Lyra, recebeu ontem uma cópia da minuta do projeto e adiantou uma novidade:

— O presidente Sarney envia uma emenda com apenas quatro itens e em um deles indica quem presidirá os trabalhos da Constituinte até que seja eleito o presidente efetivo da Assembleia.

Lyra admitiu que o critério

utilizado pode ser o de "indicar para a presidência, na solenidade de abertura da Constituinte, o parlamentar mais idoso". Ontem mesmo o Ministro da Justiça entregou cópias da emenda a todos os líderes da Aliança Democrática. Hoje, na reunião do Conselho Político, será aprovado o texto final.

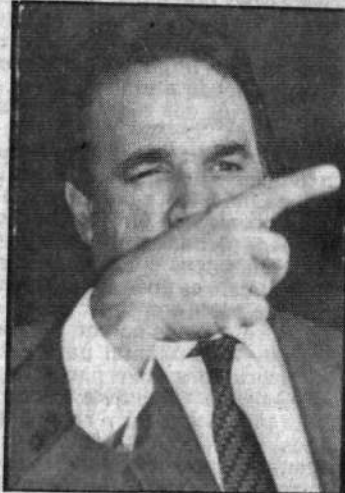
A emenda, elaborada pelo assessor especial da presidência Célio Borja, será assinada no Palácio do Planalto, às 11 horas de sexta-feira. Serão convidados, além dos líderes da Aliança Democrática, todos os ministros, os presidentes da Câmara e do Senado, da Ordem dos Advogados do Brasil e do Supremo Tribunal Federal.

Líderes apresentarão sugestões

O presidente José Sarney entregou ao ministro da Justiça, Fernando Lyra, a minuta da mensagem convocatória da Constituinte, determinando que a Assembleia seja instalada em primeiro de fevereiro de 1987, com pelo menos um ano de prazo para elaborar a nova Carta, e que trabalhará paralelamente com o Congresso ordinário durante este período.

Lyra foi incumbido pelo Presidente de levar o esboço aos líderes da Aliança Democrática — que apresentarão hoje suas sugestões finais durante a reunião do Conselho Político — e informou que os líderes de todos os partidos serão ouvidos sobre a proposta até sexta-feira.

ARQUIVO



Ministro Fernando Lyra

de discussão da própria Assembleia.

PRESIDENCIA

Um outro assunto abordado pela mensagem do Governo é a presidência dos trabalhos da Assembleia, até que esta eleja seu próprio presidente. Lyra não quis adiantar a solução encontrada, mas garantiu que a mensagem indica o presidente da sessão de instalação, admitindo que, "em tese, poderá ser o constituinte mais velho".

A minuta redigida pelo professor Célio Borja consolida, segundo o ministro, Fernando Lyra, as opiniões ouvidas pelo presidente Sarney junto ao Conselho Político do Governo "ao longo do processo". O ministro afirmou que a preocupação do Governo, em sua proposta, é fazer com que a Constituinte seja realmente livre e soberana, de acordo com os compromissos da Aliança Democrática. O ministro disse também que a intenção do presidente Sarney sempre foi a de enviar uma mensagem "substancial", deixando a maioria das questões a cargo da própria Assembleia.

SOBERANA

A exposição de motivos, que a assessoria do presidente José Sarney está elaborando para anexar à mensagem, reporta-se praticamente à ideia que o presidente eleito Tancredo Neves tinha em relação à Constituinte: juridicamente, o que o Governo fará, será dar poderes constituinte ao futuro Congresso.

A minuta consolida, segundo o ministro Fernando Lyra, as opiniões ouvidas pelo presidente Sarney junto ao Conselho Político do Governo "ao longo do processo". O ministro afirmou que a preocupação do Governo, em sua proposta, é fazer com que a Constituinte seja realmente livre e soberana, de acordo com os compromissos da Aliança Democrática.

SIMPLICIDADE

A mensagem de convocação da Constituinte foi elaborada pelo assessor da Presidência, o jurista Célio Borja. Ela tem apenas quatro artigos e foi definida pelo ministro da Justiça como "simples e objetiva".

A proposta remete a questão da participação dos senadores remanescentes — aqueles eleitos em 1982, com mandato de oito anos — ao próprio regimento interno da Assembleia, que definirá também sua organização e sistema de trabalho.

A mensagem deixa bem clara, segundo o ministro, a necessidade de existir um Congresso ordinário integrado pelos constituintes eleitos em novembro do próximo ano, para trabalhar concomitantemente à Assembleia Nacional Constituinte.

DECRETO-LEI

Lyra disse que o presidente Sarney chegou a essa decisão para evitar que se devolvesse ao executivo o poder de legislar por decreto-lei, o que fatalmente aconteceria na ausência de um congresso ordinário.

O modo de funcionamento simultâneo das duas casas, no entanto, não é detalhado na proposta de emenda do Governo, que remete também essa questão à própria Constituinte. Segundo o ministro, a emenda deixa claro apenas é que não há perspectiva de qualquer interferência do Congresso na Constituinte. O Congresso trabalhará em cima da legislação ordinária e só poderá propor emendas à atual Constituição, em vigor, até a promulgação da nova Carta.

A realização de um referendo popular — ideia que chegou a ser estudada pelo Governo — não aparece na proposta de emenda. Segundo o ministro, essa questão, assim como a participação dos 23 senadores remanescentes, poderá ser objeto

Senadores já eleitos participam

O presidente José Sarney revelou, ontem, ao senador Luis Viana Filho que estará assegurada a participação dos senadores eleitos em 1982 (um terço) na futura Constituinte, através da emenda constitucional que enviará ao Congresso na próxima sexta-feira, depois de assinar a mensagem na presença dos presidentes e líderes de partidos.

A proposta de emenda constitucional a ser enviada pelo Presidente da República dirá que o Congresso a se instalar a 1º de fevereiro terá poderes constituintes. Como o terço de senadores eleito a 15 de novembro de 1982 integra o Congresso, eles passam automaticamente a fazer parte da Constituinte.

TODOS NO PACTO

O Presidente reafirmou sua convicção de que o Governo só terá condições de vencer a grave crise econômico-financeira e, ao mesmo tempo, completar o processo de redemocratização do País se contar com o apoio de todas as forças políticas e sociais importantes na sociedade brasileira.

— O presidente Sarney — disse Luis Viana — quer o apoio de todos os partidos, que se mostrem naturalmente interessados em participar do pacto destinado a vencer a crise e consolidar o processo de normalização democrática.

O senador não sabe como se

processaria esse entendimento, mas tem a impressão de que ele incluirá, naturalmente, pelo menos no âmbito político-partidário, alguma forma de participação dos demais partidos — que não o PMDB e o PFL — na máquina governamental. "Acordo político inclui necessariamente participação no Governo", disse.

O parlamentar baiano concorda em que não é bom para o Presidente da República reconhecer que o Governo está fraco em face da instabilidade de sua base parlamentar. E lembrou que, aos tempos da República Velha, J. J. Seabra, ex-ministro da Justiça e Constituinte em 1934, costumava dizer que o político pode apanhar, mas não deve reconhecer que apanha para não ficar fraco aos olhos do povo.

Quanto aos senadores eleitos em 1982, havia uma intensa discussão no meio político sobre se deveriam integrar a Constituinte de forma automática, receberiam delegação expressa do eleitorado nacional em 1986, junto com os constituintes ou fariam parte de uma comissão que trataria apenas da legislação ordinária.

Prevaleceu, assim, a tese de que eles integrarão automaticamente a Assembleia Nacional Constituinte, nos termos da emenda a ser proposta ao Congresso pelo Presidente da República.

ANC 88
Pasta Jun/85
107/1985